

FINANÇAS PÚBLICAS
2.º Ano, Dia (Turma A) – 2.º semestre
Ano letivo 2017-2018

Regente: Professora Nazaré da Costa Cabral

Assistentes: Mestres Alexandra Pessanha, Inês Bento e Paulo Marques

PROGRAMA

Parte I - Introdução à disciplina de Finanças Públicas

1. O objeto da disciplina
2. A natureza transversal das Finanças Públicas: o papel do Direito e da Economia
3. Finanças Públicas, Políticas Públicas e Política Fiscal: o quadro constitucional pré-existente
4. As razões da atividade financeira do Estado: as falhas de mercado
5. As funções financeiras ‘musgravianas’: alocação de recursos, redistribuição económica e estabilização macroeconómica
6. O ‘*trade-off*’ eficiência–justiça social nas opções de finanças públicas
7. Os instrumentos das Finanças Públicas: receitas e despesas públicas; o papel do Orçamento do Estado

Parte II – Da estabilização macroeconómica em especial: o papel da política orçamental

1. Estabilização macroeconómica, política monetária e política orçamental
2. Política orçamental e o debate na Macroeconomia
3. Políticas antíclicas e políticas pró-cíclicas; os fundos ‘*rainy day*’ e os orçamentos cíclicos
4. A noção de saldo de pleno emprego
5. Política orçamental, restrição orçamental intertemporal e sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas; a equivalência ricardiana

Parte III – O quadro europeu da política orçamental e das finanças públicas

1. A evolução: do Tratado da UE ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC); as críticas ao Pacto e a revisão de 2005
2. O *rationale* económico do PEC
3. A crise financeira e do Euro e o seu impacto nas finanças públicas: do estímulo orçamental à austeridade; as dimensões da austeridade
4. A revisão do quadro europeu em matéria de finanças públicas: o ‘Six Pack’; o Tratado Orçamental; o ‘Two Pack’
5. A discussão sobre a reforma da UE e da Zona Euro; em especial, a criação de uma ‘união orçamental’ no espaço europeu
6. As peças do quadro europeu em matéria de finanças públicas:
 - As vertentes preventiva e sancionatória do PEC: os programas de estabilidade; o procedimento por défice orçamental excessivo
 - As regras orçamentais numéricas: a regra de saldo nominal; a regra de saldo estrutural (cálculo e controvérsias); a regra de dívida
 - O processo orçamental e o semestre europeu
 - A governação europeia em matéria de finanças públicas

Parte IV – A dívida pública

1. Dívida pública, dívida privada; dívida interna, dívida externa - explicitação de conceitos
2. Formas de dívida pública: em especial, a distinção entre dívida direta e acessória do Estado
3. Modalidades de dívida pública (à luz dos diferentes critérios)
4. Dívida pública e défice orçamental; a dívida pública como meio de financiamento do Estado
5. A situação da dívida pública portuguesa nos últimos anos: o impacto da crise financeira e a crise da dívida soberana; a assistência financeira da Troika; o regresso aos mercados
6. A emissão da dívida pública e seus instrumentos - o quadro jurídico-constitucional; o papel da Agência da Dívida Pública (IGCP)
7. A gestão da dívida pública

8. As operações sobre a dívida: renegociação e reestruturação
9. Incumprimento e bancarrota

Parte V – Receitas e despesas públicas

1. Receitas públicas

- 1.1. Princípios gerais e modalidades de receitas públicas
- 1.2. Receitas patrimoniais
- 1.3. Receitas tributárias
 - §1. Tipos de receitas tributárias e critérios de distinção
 - §2. A Constituição fiscal portuguesa
 - §3. Os principais impostos
- 1.4. Receitas creditícias; a dívida pública (remissão – Parte IV)

2. Despesas públicas

- 2.1. Caracterização e modalidades das despesas públicas
- 2.2. Fatores determinantes do crescimento da despesa pública nos países desenvolvidos: hipóteses pelo lado da procura e pelo lado oferta

Parte VI – Sector Público, Orçamento do Estado e Regime Contabilístico

1. Sector público, perímetro orçamental; a reclassificação de entidades públicas
2. Natureza, características e funções do Orçamento do Estado (OE)
3. O conteúdo principal da Lei do Orçamento do Estado
4. A evolução do enquadramento legal do OE; a nova LEO
5. As novidades principais em matéria de estrutura orçamental e dos objetivos da orçamentação
 - 5.1. Regras orçamentais
 - 5.2. Programação orçamental
 - 5.3. Processo orçamental
 - 5.4. Regras contabilísticas: as regras da contabilidade pública e nacional

Parte VII - Fiscalização orçamental e responsabilidade financeira

1. Modalidades de controlo ou fiscalização orçamental
2. O Tribunal de Contas
 - 4.1. Composição
 - 4.2. Formas de fiscalização
 - 4.3. Efetivação de responsabilidades financeiras
3. O Conselho das Finanças Públicas

BIBLIOGRAFIA

De base

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira (2014). *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, A.A.F.D.L., Lisboa, 2014.

Complementar

FRANCO, António L. de Sousa Franco, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina, Coimbra (preferencialmente última edição)

MARTINS, Maria d'Oliveira, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina, Coimbra (preferencialmente última edição)

PEREIRA, Paulo Trigo *et al.*, *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora (preferencialmente última edição)

A restante informação sobre o funcionamento da disciplina, legislação, bibliografia suplementar e, ainda, sobre a avaliação será colocada no 'moodle' (a palavra-passe será facultada aos alunos no primeiro dia de aulas teóricas).